

HANS WELZEL

Tradução, prefácio e notas

LUIZ REGIS PRADO

O NOVO SISTEMA JURÍDICO-PENAL

Uma introdução à doutrina
da ação finalista

4.^a edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

SUMÁRIO

PRÓLOGO DO AUTOR À 4. ^a EDIÇÃO	7
PREFÁCIO	19
TÁBUA DE ABREVIATURAS	27
1. O CONCEITO DE AÇÃO	31
1.1 Estrutura fundamental da ação	31
1.2 A ação nas normas do Direito Penal	37
1.3 Doutrina discordante: o conceito causal de ação	39
1.3.1 A doutrina da ação causal	39
1.3.2 Crítica à doutrina da ação causal	41
1.3.3 Objeções da doutrina da ação causal à doutrina da ação finalista	47
2. TIPICIDADE E ANTIJURIDICIDADE DO INJUSTO PENAL..	57
2.1 Norma, tipo e antijuridicidade	58
2.2 A antijuridicidade como juízo de desvalor; antijuridicidade e injusto	63
2.3 Evolução do conceito de tipo na dogmática	66
2.4 Tipo e adequação social	72
2.5 A constatação da antijuridicidade	76
2.5.1 A tipicidade como indício da antijuridicidade	76
2.5.2 A constatação da antijuridicidade; tipos fechados e abertos.	80
3. O CONCEITO DE INJUSTO NOS DELITOS DOLOSOS	83
3.1 Evolução do conceito de injusto dos tipos dolosos na dogmática	83
3.2 O conceito pessoal de injusto	91

4. O CONCEITO DE INJUSTO NOS DELITOS CULPOSOS	95
4.1 O tipo	96
4.1.1 A ação típica	97
4.1.1.1 O cuidado necessário no tráfego	97
4.1.1.2 A inobservância do cuidado necessário no tráfego	101
4.1.2 O resultado: a lesão ou perigo de lesão a um bem jurídico.....	103
4.2 A antijuridicidade.....	107
5. A POSIÇÃO DA CULPABILIDADE NA ESTRUTURA DO DELITO	109
5.1 Antijuridicidade e culpabilidade.....	109
5.2 Culpabilidade e vontade; a culpabilidade como reprovabilidade e como conceito valorativo	110
5.3 O desenvolvimento da concepção normativa de culpabilidade na dogmática moderna	113
6. OS PRESSUPOSTOS EXISTENCIAIS DA REPROVABILIDADE DA CULPABILIDADE: LIVRE-ARBITRÍO E IMPUTABILIDADE ..	117
6.1 Os problemas do livre-arbítrio	118
6.1.1 O aspecto antropológico.....	118
6.1.2 O aspecto caracteriológico	121
6.1.3 O aspecto categorial	123
6.2 A imputabilidade (capacidade de culpabilidade)	129
6.2.1 Os problemas da constatação da imputabilidade	129
6.2.2 A definição legal de imputabilidade	131
7. CULPABILIDADE E PERSONALIDADE	133
8. OS ELEMENTOS DA REPROVABILIDADE	139
8.1 Os elementos intelectuais da reprovabilidade.....	140
8.1.1 O conhecimento ou a cognoscibilidade da realização do tipo como elemento da reprovabilidade	141

8.1.2 A cognoscibilidade da antijuridicidade	144
8.1.2.1 A teoria do dolo. Os princípios valorativos da ética social das teorias do dolo e da culpa- bilidade.....	146
8.1.2.2 A teoria da culpabilidade	157
A. Problemas particulares.....	164
B. Razão e medida da reprovabilidade do erro de proibição em particular.....	170
C. O erro de subsunção em particular	173
D. Restrição da punibilidade ao conheci- mento da proibição.....	175
8.2 O elemento volitivo da reprovabilidade: a exigibilidade de obediência ao Direito.....	176
8.2.1 A exigibilidade nos delitos culposos	177
8.2.2 A exigibilidade nos delitos dolosos	178
8.2.3 O estado de necessidade penal (arts. 54 e 52)	179
8.2.4 O estado de necessidade supralegal como causa de exclusão da culpabilidade	180
8.2.5 O estado de necessidade putativo	183
8.3 A reprovabilidade como pressuposto da pena.....	184
La doctrina de la acción finalista, hoy – HANS WELZEL	185
POSFÁCIO – A influência de Welzel e do finalismo na ciência do direito penal espanhola e latino-americana – JOSÉ CEREZO MIR ...	199
OBRAS DO TRADUTOR.....	237